

## REFLEXÕES SOBRE O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

REFLECTIONS ON THE INDIVIDUALIZED EDUCATIONAL PLAN (PEI) IN INCLUSIVE EDUCATION OF STUDENTS WITH DISABILITIES

REFLEXIONES SOBRE EL PLAN EDUCATIVO INDIVIDUALIZADO (PEI) EN LA EDUCACIÓN INCLUSIVA DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD

**Mayra Silva dos Santos<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-7274-3645>

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

[mayra.silva9152@gmail.com](mailto:mayra.silva9152@gmail.com)

**Érika Tatiane de Araújo Silva**

<https://orcid.org/0009-0004-2156-8655>

Instituto Federal de Minas Gerais-Campus Arcos, Brasil

[erikatatianesilva@gmail.com](mailto:erikatatianesilva@gmail.com)

**Eliza Marcia Oliveira Lippe<sup>2</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-8832-2893>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

[eliza.lippe@ufrj.br](mailto:eliza.lippe@ufrj.br)

### Resumo

Este ensaio teórico tem como finalidade discutir sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI) no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência, abordando suas principais estratégias e benefícios. O PEI tem o papel de garantir que cada estudante receba atendimento educacional adequado às suas necessidades específicas. Sua implementação traz inúmeras vantagens tanto para o desenvolvimento do estudante quanto para a prática docente e o convívio escolar. Como aspecto metodológico foram utilizados a pesquisa bibliográfica. A discussão é embasada em autores como Bueno (1999) e Glat (2018), Pletsch e Glat (2013), Marfin e Bzuneck (2018) e Salles e Alves (2016) que abordam sobre as concepções teóricas e metodológicas do Plano Educacional Individualizado -PEI e a importância da sua utilização na prática pedagógica do professor na perspectiva de conduzir o processo de desenvolvimento do estudante com deficiência de forma significativa. A legislação que trata sobre o tema também é utilizada, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais -INEP. Com base na discussão, destaca-se que a implementação adequada do PEI proporciona benefícios significativos para o desenvolvimento do aluno com deficiência, bem como para a prática pedagógica do professor. O PEI permite a adaptação do currículo e das atividades de acordo com as necessidades específicas de cada aluno, promovendo uma aprendizagem mais efetiva.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Plano Educacional Individualizado; Estudantes com deficiência.

---

<sup>1</sup> Mestre em Formação Docente em Práticas Educativas (PPGFOPRED/UFMA). Pós-Graduada em Docência com ênfase em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Minas Gerais-IFMG/ CAMPUS ARCOS. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

### **Abstract**

This theoretical essay has a specific discussion on the Individualized Educational Plan (IEP) in the process of school inclusion for students with disabilities, addressing its main strategies and benefits. The PEI has the role of ensuring that each student receives educational assistance suited to their specific needs. Its implementation brings numerous advantages for both student development and teaching practice and school life. Bibliographical research was used as a methodological aspect. The discussion is based on authors such as Bueno (1999) and Glat (2018), Pletsch and Glat (2013), Marfin and Bzuneck (2018) and Salles and Alves (2016) who address the theoretical and methodological conceptions of the Individualized Educational Plan - PEI and the importance of its use in the teacher's pedagogical practice with a view to leading the development process of students with disabilities in a meaningful way. Legislation that deals with the topic is also used, such as the Law of Guidelines and Bases of National Education, National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education and the National Guidelines for Special Education in Basic Education and data from the National Institute of Educational Research -INEP. Based on the discussion, it is highlighted that an adequate implementation of the PEI brings beneficial benefits to the development of students with disabilities, as well as to the teacher's pedagogical practice. The PEI allows the adaptation of the curriculum and activities according to the specific needs of each student, promoting more effective learning.

**Keywords:** Inclusive Education; Individualized Educational Plan; Students with disabilities.

### **Resumen**

Este ensayo teórico trae una discusión específica sobre el Plan Educativo Individualizado (PEI) en el proceso de inclusión escolar de estudiantes con discapacidad, abordando sus principales estrategias y beneficios. El PEI tiene la función de garantizar que cada estudiante reciba una asistencia educativa adecuada a sus necesidades específicas. Su implementación aporta numerosas ventajas tanto para el desarrollo de los estudiantes como para la práctica docente y la vida escolar. Como aspecto metodológico se utilizó la investigación bibliográfica. La discusión se basa en autores como Bueno (1999) y Glat (2018), Pletsch y Glat (2013), Marfin y Bzuneck (2018) y Salles y Alves (2016) quienes abordan los conceptos teóricos y metodológicos del Plan Educativo Individualizado. - PEI y la importancia de su utilización en la práctica pedagógica del docente con miras a impulsar significativamente el proceso de desarrollo de los estudiantes con discapacidad. También se utiliza legislación que aborda el tema, como la Ley de Lineamientos y Bases para la Educación Nacional, la Política Nacional de Educación Especial desde la Perspectiva de la Educación Inclusiva y los Lineamientos Nacionales para la Educación Especial en la Educación Básica y datos del Instituto Nacional. de Educación. Investigación Educativa -INEP. Con base en la discusión, se destaca que una adecuada implementación del PEI trae beneficios beneficiosos para el desarrollo de los estudiantes con discapacidad, así como para la práctica pedagógica del docente. El PEI permite la adaptación del plan de estudios y actividades según las necesidades específicas de cada estudiante, promoviendo un aprendizaje más efectivo.

**Palabras- clave:** Educación Inclusiva; Plan Educativo Individualizado; Estudiantes con discapacidad.

## **1. Introdução**

As políticas de Educação Especial estabelecidas nas últimas décadas tem se configurado como um grande avanço na vida das pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo, tem demandado da estrutura educacional, uma total transformação em relação à diversidade que implica a inserção e a permanência do estudante na escola. Aos profissionais da educação tem sido um momento de adequação de ações, práticas e recursos pedagógicos, demandando um de ressignificação dos saberes e atuação. A adequação de conhecimentos e práticas pedagógicas inclusivas que facilitem o acesso da pessoa com deficiência ao ensino regular tem se constituído como um recurso presente em todos os campos formativos.

O grande desafio é a elaboração de estratégias e recursos que permitam de forma integral, a inclusão do estudante com deficiência, pensando na necessidade de seu desenvolvimento. Com a intenção desse ensaio teórico é discutir a utilização do Plano Educacional Individualizado -PEI como instrumento de inclusão no âmbito da sala de aula, compreendendo que a partir da ação conjunta em uma perspectiva colaborativa, esse recurso pode se tornar uma ação promissora para estudantes com deficiência.

O Plano Educacional Individualizado é um recurso pedagógico utilizado na operacionalização e individualização do ensino. Elaborado de forma coletiva, sua estrutura dispõe de metas para o andamento acadêmico e funcional do aluno com deficiência. Sua funcionalidade não é amplamente conhecida em território brasileiro, por isso, a discussão sobre a temática é importante, pois é primordial que as políticas públicas ofereçam condições para que sua utilização seja difundida pelos professores. É por conta disso, que a intenção deste texto é problematizar a utilização do Plano Educacional Individualizado (PEI) como recurso pedagógico para aprendizagem de estudantes com deficiência.

### **1.1 Caminhos Metodológicos**

Foi utilizada para a elaboração deste estudo a pesquisa bibliográfica, que de acordo com Fonseca (2002) parte do levantamento de referências teóricas analisadas e publicadas por meio de escritos físicos e eletrônicos como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Ressalta ainda que “Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (Fonseca, 2002, p. 32).

O ensaio teórico parte de uma discussão sobre a Educação Especial e seus desdobramentos no espaço brasileiro, para isso, trazemos autores como Bueno (1999) e Glat (2018) e, além disso, a legislação que trata sobre o tema, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais -INEP.

A discussão é conduzida a partir de pressupostos teóricos e metodológicos sobre o Plano Educacional Individualizado -PEI e a importância da sua utilização na prática pedagógica do professor na perspectiva de conduzir o processo de desenvolvimento do aluno com deficiência de forma significativa. Para isso, refletiremos e dialogaremos com os seguintes autores como Pletsch e Glat (2013), Marfin e Bzuneck (2018) e Salles e Alves (2016).

## 2. Pensando a proposta de educação inclusiva: Algumas discussões no contexto educacional brasileiro

No Brasil, a Educação Especial se estruturou a partir da exclusão das pessoas com deficiência das escolas regulares até a década de 80 do século XX. O atendimento “especializado” era mais voltado para deficiências visuais e auditivas realizadas por alguns institutos<sup>3</sup> desconsiderando nesse sentido, deficiências físicas e intelectuais. Essa exclusão da rede regular de ensino esteve ligada com a concepção assistencialista colocada nas políticas sociais que de certa forma inviabilizou por décadas, a inserção e permanência das pessoas com deficiência na escola.

O ensino regular tem excluído sistematicamente larga parcela de sua população sob a justificativa de que essa parcela não reúne condições para usufruir do processo escolar, por apresentarem problemas pessoais (distúrbios dos mais diversos), problemas familiares (desagregação ou desorganização da família) ou “carências culturais” (provenientes de um meio social pobre). Por sua vez, o ensino especial também tem excluído sistematicamente grande parcela de seu alunado sob a alegação de que, por suas próprias características, essa parcela não possui condições para receber o mesmo nível de escolarização que as crianças normais. Crianças têm sido mantidas por anos a fio no ensino especial sem que se consigam mínimos resultados com relação à sua escolarização (Bueno, 1999, p. 11).

A partir desse processo histórico de exclusão<sup>4</sup> que foi perpassado por várias décadas no Brasil, a Educação Especial, como modalidade de ensino, não se configurou como uma necessidade para o campo educacional. Essa concepção se espalhou em vários âmbitos, inclusive nos currículos de formação docente, que não via a modalidade como emergente. O fato de a formação docente para professores para Educação Especial ter sido incluída como habilitação dentro do curso, por exemplo, tratou a modalidade como subproduto da formação do especialista, na medida em que as habilitações foram centradas nas dificuldades específicas desta ou daquela deficiência, reiterando uma especificidade docente que não considerou perspectivas ampliadas sobre a relação entre fracasso escolar e processos pedagógicos, assim como disposto por Bueno (1999, p. 158-9).

Podemos dizer que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996) se constitui como marco importante para a formação desses profissionais, pois estabelece que os sistemas de ensino assegurarão aos

---

<sup>3</sup> Vemos a criação do Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant – IBC), em 1854, e do Instituto dos Surdos-Mudos (atualmente, Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES) em 1857, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1945, vemos a criação da Sociedade Pestalozzi do Brasil e, em 1954, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

<sup>4</sup> É importante destacar que a relação inclusão/exclusão não é questão específica da Educação Especial. Isso porque, sabe-se que o ensino regular sistematicamente tem excluído na e da escola não somente os alunos com deficiência, mas grande parte da população em idade escolar.

educandos, “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996).

A LDB também traz em seu art. 58, que a educação especial é uma “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996). Além disso, a lei destaca que ela pode ser desenvolvida tanto em instituições regulares, como em espaços especializados. Contudo, tomando por base a amplitude de necessidades abrangidas pela Educação Especial e a Lei de Inclusão, é recomendado que esses educandos sejam atendidos na rede regular de ensino, visando a inclusão.

A Educação Especial, segue diretrizes semelhantes do ensino geral, mas contempla atendimentos especializados, trabalhando as necessidades de cada estudante a partir de recursos específicos. No art. 59, inciso I, a LDB nº 9394/96 dispõe que os sistemas de ensino assegurarão currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação para atender suas necessidades.

Compreende-se nesse sentido, a importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) para a aprendizagem de estudantes com deficiência. Isso porque, pensar a transformação de práticas, atitudes e representações em torno da Educação Especial é reconhecer e legitimar as potencialidades das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos e capazes de construir conhecimentos e se desenvolver dentro das suas especificidades.

Apesar de legalmente disposta como modalidade de ensino, a Educação Especial tem sido tratada como um sistema paralelo de ensino, ou seja, as disposições legais ainda não se configuram como suficientes para lidar com as especificidades dos alunos em seu espaço escolar. Contudo, precisamos reconhecer seu papel e função dentro de uma transformação radical das propostas educacionais, terapêuticas e ocupacionais que têm ocorrido nas últimas décadas (Glat, 2018).

Nesse sentido, Glat (2018, p. ) afirma que,

[..] para fazer frente às atuais expectativas, mais do que desenvolver novos métodos e propostas de atendimento, precisamos desconstruir a visão estereotipada de incapacidade, de dependência e de limitação que sempre marcou – aberta ou veladamente – o tratamento que conferimos a nossos alunos e clientes. Esse é um processo complexo, por não se tratar apenas da criação de um novo modelo ou paradigma teórico conceitual, mas, sim, de uma reconfiguração, sobretudo subjetiva da nossa profissão. Está em pauta a transformação de atitudes e representações

internalizadas sobre o papel e as funções da Educação Especial, que não é mais concebida como um sistema educacional à parte, restrito ao atendimento especializado de pessoas com deficiências.

A Educação Especial se configura nesse caminho como um conjunto de conhecimentos, metodologias e recursos que buscam promover a aprendizagem e a inclusão de pessoas com deficiências e outras características atípicas. As mudanças ocorridas no sistema educacional para a implementação de uma educação para a diversidade envolve uma série de questões que envolvem a estrutura física, pedagógica e curricular da escola e ingresso e permanência desses alunos.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (2022), o número de matrículas da Educação Especial chegou a 1.527.794, com um aumento significativo em relação a 2018, cerca de 29,3%. Na tabela 1 a seguir, vemos o número de matrículas desses alunos a partir de sua condição atípica.

### **Tabela 1**

Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação

<b>Tipo</b>	<b>Número de matrículas</b>
Deficiência Intelectual	914.467
Autismo	429.521
Deficiência Física	158.371
Deficiência Múltipla	86.341
Baixa Visão	80.429
Deficiência Auditiva	40.267
Altas Habilidade/Superdotação	26.815
Surdez	20.699
Cegueira	7.308
Surdocegueira	628

**Fonte:** das autoras, 2023.

O INEP (2022) também especifica a evolução das matrículas de educação especial na educação infantil e ensino fundamental, por local de atendimento- Classes especiais e escolas exclusivas e classes comuns (alunos incluídos). Conforme dados apresentados, houve um

aumento de 81.254 para 174.771 de estudantes incluídos em classes especiais em classes comuns na Educação Infantil e uma diminuição de 10.140 para 8.739 de alunos incluídos nas classes especiais e escolas exclusivas.

No Ensino Fundamental tem-se um aumento de 741.426 para 914.557 de alunos incluídos em Classes comuns e uma queda de 96.567 para 86.582 em classes especiais e escolas exclusivas. Esse crescimento dos estudantes em turmas regulares/comuns e queda do contexto em classes especiais e exclusivas, se dá principalmente pela Política Nacional de Educação Especial, implantada pelo Ministério da Educação em 2008<sup>5</sup>. Esse documento tem como finalidade o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas regulares. Orienta os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, organizando as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação com o objetivo de promover a aprendizagem, valorização das diferenças e o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos.

A ação da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, nessa perspectiva não deve apenas conduzir um apoio direto, mas promover o desenvolvimento escolar desses educandos. É pensando nisso que surge a ação direta do professor com propostas e recursos que contemplem a diversidade do aluno e suas especificidades, assegurando condições de acesso ao currículo da por meio da promoção da acessibilidade nos mais diversos espaços da escola, incluindo materiais didáticos e o conjunto de atividades escolares.

## **2.1 O Plano Educacional Individualizado - PEI: Concepções legais e metodológicas**

O Plano Educação Individualizado, também conhecido por PEI, pode ser conceituado como "um documento pedagógico elaborado por uma equipe multidisciplinar com o objetivo de assegurar as condições necessárias para a participação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas classes comuns da rede regular de ensino" (Brasil, 2008, p. 8). Tem respaldo legalmente definido na LDB, a qual preconiza que a educação atenderá às necessidades especiais dos alunos, de maneira que assegure a igualdade de oportunidades.

A concepção de educação inclusiva no país está fundada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva<sup>6</sup>, que define as diretrizes e

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>.

parâmetros para implantação do Atendimento Educacional Especializado com base no PEI, como medida de apoio e suplementar à escolarização regular. Da mesma forma, a Resolução CNE/CP nº 2/2001 (Brasil, 2001) estabelece as normas para oferta desse atendimento, considerado instrumento para assegurar processos de aprendizagem, participação e autonomia segundo as necessidades de cada estudante. A partir disso, o PEI surge como um instrumento norteador da prática pedagógica inclusiva, sem o qual não se efetivaria o direito assegurado à educação de qualidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Elaborado coletivamente, estabelecendo metas acadêmicas e funcionais, o PEI é definido como um recurso pedagógico, centrado no aluno com deficiência. Os planos podem ser de longo ou curto prazo, com médias de avaliação de três vezes ao ano ou quando os colaboradores tiverem necessidade (Pletsch & Glat, 2013). Isso porque, segundo as autoras, é importante que o documento seja elaborado por toda a equipe escolar, pensando nas adaptações curriculares e espaciais, incluindo materiais e acomodações para suporte dos alunos.

Pletsch e Glat (2013) em sua obra *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais* abordam níveis de planejamento para a elaboração de um Plano Educacional Individualizado. Para as autores é necessário se atentar para 3 (três) níveis: O primeiro, que identifica as necessidades dos alunos; o segundo, que avalia as áreas que precisam ser melhor trabalhadas, partindo daí, para as adaptações curriculares e espaciais necessárias para atender as demandas dos alunos. Já o terceiro, corresponde ao momento de intervenção, considerando os objetivos propostos no documento e a reavaliação da condição do aluno.

Outros autores como Abramovich e Gomide (2010) destacam que, o processo de elaboração do Plano Educação Individualizado é conduzido por uma equipe multiprofissional e envolve a realização da avaliação multidimensional do aluno, com análise de aspectos pedagógicos, cognitivos, linguísticos, motores, sócio-emocionais e físicos, momento que permitirá o diagnóstico das necessidades de intervenção educacional, assim como destacado por Pletsch e Glat (2013).

Tannús - Valadão e Mendes (2018) evidenciam que, após o diagnóstico, a equipe discute as metas e objetivos a serem atingidos com o aluno, visando à progressão dos aprendizados pedagógicos e autonomia do discente. A etapa seguinte consiste no estabelecimento de estratégias e metodologias pedagógicas diferenciadas, recursos adaptados, alterações na infraestrutura, apoios interdisciplinares e demais medidas necessárias para atender as peculiaridades de cada caso (Marfin & Bzuneck, 2018).



Após a implementação do plano, Salles e Alves (2016) destacam a realização do acompanhamento sistemático, com registro dos avanços e ou persistência de dificuldades, possibilitando reformulações ao longo do processo, caso necessário, assim como discutido também por Pletsch e Glat (2013). O PEI demanda um trabalho coletivo e contínuo que vai desde a avaliação inicial até o monitoramento dos resultados, com o propósito de garantir a efetiva inclusão educacional do aluno com necessidades especiais.

As adaptações curriculares e estratégias de acessibilidade previstas no PEI, possuem a finalidade de promover a participação plena do aluno no currículo regular de acordo com suas habilidades e limitações, além disso, viabilizam a participação plena do aluno nas atividades curriculares regulares, estimulando autoestima e autonomia (Santos & Souza, 2017). Dentre estas adaptações possíveis, tem-se a flexibilização dos objetivos de aprendizagem sem alterar os conteúdos; a reorganização da sequência didática; a utilização de recursos e metodologias alternativas de estudo; a prorrogação do tempo previsto para a conclusão das atividades escolares, entre outras.

No tocante às estratégias de acessibilidade, podemos indicar a utilização de recursos pedagógicos como livros didáticos e digitais com linguagem simplificada; materiais de apoio com comunicação aumentativa e alternativa; recursos de tecnologia assistiva; atendimento em sala de recursos multifuncionais; leitores de tela; auxílio de profissionais como intérprete da Língua Brasileira de Sinais; entre outras (Brasil, 2008). Para além disso, sua estruturação pode indicar a promoção de adequação da infraestrutura física da escola, inclusive com recursos de acessibilidade arquitetônica, como rampas, portas e corredores mais amplos, bebedouros e sanitários adaptados, entre outros. Em termos gerais, o PEI propicia condições de acesso ao currículo regular, mediante intervenções capazes de suprir as necessidades específicas de cada aluno.

### **2.2.1 Pensando o Plano Educacional Individualizado: Das práticas pedagógicas ao desenvolvimento do aluno**

A elaboração e implementação adequada do Plano de Educação Individualizado -PEI proporciona diversos benefícios ao desenvolvimento do aluno com deficiência ou necessidade específica. Em primeiro lugar, o PEI possibilita o acompanhamento pedagógico contínuo, identificando avanços, dificuldades e sugerindo ajustes metodológicos frequentes (Santos & Souza, 2017).

É de fundamental importância que o aluno com deficiência possua o seu PEI. Isso porque suas atividades podem ser melhor adequadas e pensadas a partir da complexidade da

deficiência de cada aluno. O documento é tido como recurso para instrumentalizar as práticas pedagógicas que contemplam as necessidades de cada aluno, a partir de objetivos gerais elaborados para a turma (Pletsch & Glat, 2013). Com isso, ele oferece uma ruptura ao paradigma tradicional do trabalho pedagógico, ao especificar as atividades dos alunos a partir de suas especificidades.

Além dos benefícios diretos para o aprendizado do aluno, a adoção do Plano Educação Individualizado- PEI promove vantagens significativas à prática docente dos professores da rede regular de ensino. Em primeiro lugar, o PEI orienta de forma clara e objetiva as necessidades de intervenção pedagógica de cada estudante, auxiliando o professor a planejar estratégias customizadas (Salles & Alves, 2016).

A capacitação docente também sofre alterações na medida que exige a formação e atualização adequada sobre diferentes métodos, recursos e técnicas de ensino para atender a alunos com especificidades (Brasil, 2008). O atendimento individualizado também facilita o desenvolvimento de habilidades sociais, uma vez que, o aluno consegue interagir com os demais colegas sem restrições (Mendes, 2015). No caso do acompanhamento sistemático do progresso do aluno, permite ao docente avaliar a efetividade de suas práticas e reajustá-las no decorrer do ano letivo (Marfin & Bzuneck, 2018).

Outro benefício é o estímulo da autonomia, já que o PEI prevê intervenções graduais que promovem a independência do aluno em tarefas do cotidiano e estudantil (Salles & Alves, 2016). Ao assegurar condições de acesso, participação e êxito escolar ao aluno com necessidades específicas, o PEI colabora para a construção de um projeto de vida autônomo e inclusivo, se traduzindo em ganhos pedagógicos, sociais e pessoais ao aluno quando devidamente aplicado (Abramovich & Gomide, 2010).

A execução do plano também estimula a integração entre os diferentes profissionais da escola em torno do mesmo objetivo de inclusão (Abramovich & Gomide, 2010).. Ao assegurar a participação plena do aluno no currículo comum, o PEI favorece práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas centradas na diversidade de cada turma (Santos & Souza, 2017). Portanto, o PEI se traduz em benefícios à qualidade da docência voltada para todos os estudantes sem exceção.

### **3. Conclusão**

Com base nas reflexões apresentadas é possível destacar a importância do PEI como uma ferramenta fundamental no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência. O PEI desempenha um papel crucial ao garantir que cada estudante receba um atendimento

educacional adequado às suas necessidades específicas, promovendo, assim, o desenvolvimento do estudante e aprimorando a prática docente. As adaptações curriculares e estratégias de acessibilidade previstas no PEI têm o propósito de promover a participação plena do aluno no currículo regular, estimulando sua autoestima e autonomia.

Essas adaptações incluem a flexibilização dos objetivos de aprendizagem, reorganização da sequência didática, utilização de recursos e metodologias alternativas de estudo, prorrogação do tempo para a conclusão das atividades escolares, entre outras. As estratégias de acessibilidade abrangem a utilização de recursos pedagógicos, tecnologia assistiva, atendimento em sala de recursos multifuncionais e adequação da infraestrutura física da escola. A implementação do PEI demanda um trabalho coletivo e contínuo, desde a avaliação inicial até o monitoramento dos resultados, visando garantir a efetiva inclusão educacional do aluno com necessidades especiais. Nesse sentido, a atuação interdisciplinar e o acompanhamento sistemático são essenciais para o sucesso do PEI.

Portanto, a discussão apresentada no artigo ressalta a importância do PEI na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para alunos com deficiência. Através de estratégias individualizadas e adaptativas, o PEI contribui significativamente para atender às necessidades específicas dos alunos, promovendo sua participação ativa no ambiente escolar e favorecendo seu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

## Referências

- Abramovich, A., & Gomide, P. I. C. (2010). Os planos de educação individualizados e o processo inclusivo: avaliação de uma experiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 16(3), 323-334.
- Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF.
- Brasil. (2008). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF.
- Brasil. (2001). *Resolução CNE/CP no 02, de 02 de maio de 2001*. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF.
- Brasil. (1996). Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF.

- Bueno, J. G. S. (1999). Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: *Revista Brasileira de Educação Especial*. 3(5). Piracicaba, SP: Unimep, 1999, 7-25.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. (2022). *Censo Escolar, 2022*. Brasília: MEC.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC.
- Glat, R. (2018). Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. *Bras. Ed. Esp.*, Marília, 24(Edição Especial), 9-20.  
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/46TchJ98ZcyvZ3Xb5X7ZkFy/?format=pdf&lang=pt>
- Glat, R. (2013). Pletsch, Márcia Denise (Orgs.) *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Marfin, S. S., & Bzuneck, D. A. (2018). O plano de educação individualizado como instrumento de apoio à acessibilidade no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 24(2), 303-314.
- Mendes, E. G. (2015). *Inclusão escolar: o desafio das diferenças*. São Paulo: Senac.
- Salles, C. R. B., & Alves, M. A. R. (2016). *Reflexões sobre o plano de educação individualizado na educação inclusiva*. Educação Unisinos, São Leopoldo, 20(1), 121-128.
- Santos, L. M., & Souza, B. C. (2017). Planos de Educação Individualizados: aspectos conceituais e práticos. *Revista Novas Tecnologias na Educação*, 15(1), 46-55.
- Tannús-Valadão, G., & Mendes, E. G. (2018). Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. *Revista Brasileira de Educação*, 23, 230-076.